



Ata da 11ª Reunião Ordinária do Conselho Superior Previdenciário do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, às quinze horas, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, situado na Avenida Sete de Setembro, número dois mil quinhentos e cinquenta e sete, bairro Nossa Senhora das Graças, em Porto Velho-RO, realizou-se a **11ª reunião ordinária** do Conselho Superior Previdenciário com a presença dos seguintes membros: Governador do Estado de Rondônia, **Confúcio Aires Moura**; Suplente e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Desembargador **Isaías Fonseca Moraes**; Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, Conselheiro **Edilson de Sousa Silva**, acompanhado do Conselheiro Substituto **Francisco Junior Ferreira da Silva**; Suplente do Ministério Público do Estado, o Subprocurador-Geral de Justiça **Dr. Osvaldo Luiz de Araújo**; Defensor-Público Geral, **Marcos Edson de Lima**; Representante dos Servidores, **Adriel Pedroso dos Reis**; os convidados: Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia, **Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira**, Diretor Administrativo e Financeiro e Presidente do Comitê de Investimentos/IPERON, **Roney da Silva Costa** acompanhado do membro do Comitê de Investimentos, **Raiclin Lima da Silva**. Havendo quórum, o Governador cumprimentou a todos os presentes e deu início à reunião com o primeiro item da pauta: **a) Leitura e assinatura da Ata da 10ª reunião ordinária de 04.07.2017**, a qual foi aprovada e assinada pelos membros presentes. Próximo assunto: **b) Apresentação do Pró-Gestão – RPPS**. Para apresentação o Governador passou a palavra à **Dra. Maria Rejane S. dos Santos Vieira** que iniciou dizendo que na verdade o Pró-Gestão em outra oportunidade já fora apresentado a esse Conselho Superior, ocasião em que foi mostrado que trata-se de um processo de modernização dos Regimes Próprios, sendo um trabalho de âmbito nacional inicialmente capitaneado pelo Ministério da Previdência, agora Ministério da Fazenda, ao qual a Secretaria de Políticas de Previdência está vinculada. Disse que foi solicitada a inclusão desse assunto na pauta apenas para elucidar e deixar registrado que o Conselho de Administração se debruçou em torno desse assunto do Pró-Gestão RPPS e já referendou a atuação do IPERON. Disse que desde o ano de 2015, quando foi apresentado no Conselho Nacional dos Dirigentes de Previdência – CONAPREV começou a atuar acompanhando as premissas do Pró-Gestão e que semana passada foi recebido aqui em Porto Velho a visita de um dos representantes do Ministério da Fazenda que veio fazer uma apresentação sobre o Pró-Gestão, oportunidade muito valiosa em que ele consignou o trabalho que tem sido feito no âmbito do IPERON para que possamos consolidar esse projeto, o qual visa dar maior profissionalismo à atuação dos RPPS e criar uma gestão mais segura dos recursos a exemplo da criação do Comitê de Investimentos do IPERON, que fará a apresentação do último item da pauta de hoje e inclusive todos os componentes são certificados pela AMBIMA. Ato contínuo, disse que tem atuado no item que concerne à questão de educação previdenciária através de preparação de estudos e cursos que tem sido



feito. Basicamente, esse era o objetivo além da questão de fortalecimento do Controle Interno do IPERON. Disse que tem atuado de modo a fortalecer o Controle Interno, que é uma premissa do Pró-Gestão, bem como tem recebido do Tribunal de Contas orientações, decisões no sentido da necessidade de fortalecimento de setores que são essenciais para o Instituto, até por conta disso tem trabalhado para realização do concurso público. Para esse concurso a Assembleia Legislativa está analisando um projeto de lei que visa fazer pequena alteração na lei e assim poder publicar o edital o quanto antes e que esse concurso deverá trazer para o quadro do IPERON auditores, atuários e médicos peritos que o IPERON não possui em seu quadro. Continuando, disse que o IPERON precisa muito de médicos peritos para acompanhar e fiscalizar os laudos médicos, principalmente quando são recebidos processos de aposentadorias por invalidez. Existe um aspecto do Pró-Gestão que diz respeito à ouvidoria, no primeiro nível o Pró-Gestão se satisfaz com o fato do Ente da Federação, nesse caso o Estado de Rondônia, ter uma ouvidoria, mas para que se possa avançar para outros níveis será necessária a criação de uma ouvidoria no âmbito do IPERON. E que o motivo de trazer e registrar esse assunto no Conselho Superior se deve ao fato de o compromisso do Pró-Gestão não ser um compromisso apenas do IPERON, porque quando for efetivamente iniciado todo o processo do Pró-Gestão, o compromisso deve ser de todo o Ente da Federação, todos terão que assumir o compromisso de modernização do IPERON seguindo todas essas premissas. Ressaltou que traz mais uma vez e registra porque será feito a escolha, através dos procedimentos legais, da empresa certificadora do Pró-Gestão e será quando o Ministério da Fazenda informará o início do processo e os RPPS deverão se pronunciar se irão aceitar ou não o ingresso nesse Pró-Gestão. Disse ainda que como Gestora, como servidora pública e como Presidente do Conselho de Administração quer salientar que esse projeto é importantíssimo para o crescimento do Instituto, mas não adianta apenas ter o compromisso do IPERON, necessário se faz haver o compromisso de todos os envolvidos no sistema e que o Pró-Gestão está caminhando e brevemente há uma expectativa de que tenham que se debruçar sobre a assinatura desse compromisso com o Ministério da Fazenda, compromisso esse facultativo, porém importantíssimo e que acompanha na verdade tudo o que vem sendo discutido nesse Conselho de melhoria e crescimento do IPERON. Em seguida, o **Dr. Adriel Pedrosa dos Reis** disse que já estudou sobre o programa de certificação Pró-Gestão RPPS, esse assunto já foi discutido no âmbito do Conselho Administrativo e que, inclusive, já teve a oportunidade de ministrar dois cursos sobre este tema, um no Tribunal de Contas e outro para os Conselheiros do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, onde procurou destacar a importância do programa Pró-Gestão e gostaria de dizer que é favorável a sua adoção pelo IPERON, por entender que é um programa que vem trazer mais qualidade e profissionalismo ao RPPS, trazendo benefícios à administração e aos Segurados. Além disso, ressaltou que o Pró Gestão se assemelha a outros programas de certificação de qualidade, tais como o programa ISO 9000, por meio do qual haverá vários critérios a serem avaliados por Instituições cadastradas pelo Ministério da Previdência, o qual irá conceder determinado nível de classificação para o RPPS, sendo que segundo já foi avaliado em



reunião do conselho administrativo, o IPERON tem condições de se enquadrar no nível 3 e essa avaliação vai até o nível 4. Entretanto, para que isso aconteça haverá inclusive necessidade de mudanças legislativas, trabalho esse que também já teve início no Conselho Administrativo e que na última reunião apresentou uma Informação Técnica para discussão, entretanto, devido à extensa pauta esse assunto foi adiado. Disse que nesse trabalho apresentou um resumo de como está à situação atual dos Conselhos, do Comitê, da parte estrutural e legislativa do IPERON. Ressaltou que seria muito interessante que esse assunto fosse enfrentado e tratado pelos membros deste Conselho, porque inclusive se o IPERON aderir ao Pró-Gestão um dos itens a ser avaliado será a composição do Conselho Administrativo, isto é, se está paritária e quem o preside, porque o Pró-Gestão recomenda que a Presidência seja exercida por um representante dos Poderes e Órgãos autônomos, que representa as entidades patronais. Já em relação ao Conselho Fiscal, além de analisar se está paritário, para presidi-lo a recomendação é que seja um representante dos segurados. Enfim, há uma série de medidas que necessitam ser analisadas e procedidas, para que o IPERON de fato consiga ser avaliado no nível 3 ou 4, o que, se ocorrer, trará grandes vantagens não só pela melhoria, qualidade e profissionalismo mas também porque a resolução que trata de investimentos também está em processo de estudos para aperfeiçoamento. Na medida em que a Unidade Gestora for mais qualificada, terá acesso a melhores investimentos e com mais retorno. Ato contínuo, disse que é sem dúvida um importante programa de melhoria da qualidade para a Unidade Gestora do RPPS de Rondônia. Porém, necessitará de trabalho e alterações e inclusive na última reunião do CAD foi criada uma comissão para tratar desse estudo, isto é, o que poderia ser alterado para que o IPERON possa se qualificar em um bom nível dentro do Pró-Gestão. Concluindo, disse que fez questão de falar sobre esse assunto considerando ser esta sua última reunião, como membro deste Conselho, em razão do Conselho de Administração em sua última reunião ter decidido pela designação de novo representante dos servidores no CSP/IPERON. Depois o **Governador** disse que o Consórcio Brasil Central de Governadores está pagando para os Estados a preparação de Conselheiros. Normalmente se improvisa a indicação de Conselheiros sem formação e a servidora Sirlene Bastos que foi designada recentemente para o Conselho de Administração, acabou de chegar da Fundação Dom Cabral de Belo Horizonte – MG, onde o Consórcio Brasil Central do qual Rondônia faz parte, investiu na preparação de conselheiros. Na medida em que avançam a capacitação de conselheiros e o Pró-Gestão aumenta a proteção à Instituição e aqui em Rondônia o IPERON sai na frente de outras Instituições Autárquicas. Disse ser plenamente favorável porque isso é um avanço e quanto mais o IPERON se proteger e qualificar melhor, inclusive investindo em seus conselheiros de Administração com cursos padrão a exemplo do curso da Fundação Dom Cabral, que é de alta qualidade onde os membros vem com a formação do que é fazer parte de um conselho. Na sequência o **Cons. Edilson Sousa da Silva** disse que vê a questão do Pró-Gestão como essencial porque se aperfeiçoa e dá uma governança ao IPERON, porque é um Instituto tão importante na vida do Estado e, se a saúde financeira do IPERON não estiver adequada arrasta a saúde financeira do Tesouro Estadual. O Pró-Gestão é medida que se



impõe em aderir a ele. Analisou o estudo realizado pelo Conselheiro Adriel quanto à adequação da legislação do IPERON que precisa da implantação do Controle Interno que é essencial, a importância da reestruturação de alguns setores e a realização do concurso público, o qual deve ser feito imediatamente. Ato contínuo, disse que já citou em reuniões anteriores que a limitação de gasto com pessoal não inibe a realização do concurso, inibe sim o chamamento de novos servidores, porque o impacto deve ser avaliado no momento em que você vai chamar esses novos servidores. E que a questão da sugestão de adequação dos Conselhos: Fiscal e de Administração, a paridade e a adoção dessas medidas que caminham para o Pró-Gestão no nível 3 até o 4 está muito bom. Falou da importância na qualificação de todos os membros do Conselho de Administração e a necessidade de se analisar o perfil das pessoas indicadas para comporem os Conselhos que devem possuir qualificação indicada para essa área e caso o indicado não possua a qualificação necessária, o IPERON deve investir em capacitação. Seguindo sugeriu que o estudo realizado pelo Cons. Adriel seja encaminhado à Presidência do IPERON e a composição de uma comissão técnica para que os Procuradores possam analisar esse assunto imediatamente e posteriormente o Conselho Superior possa encaminhar um projeto de lei de titulação deste Conselho Superior para que a Assembléia Legislativa veja a necessidade e dê uma atenção especial para isso. Na sequência o **Governador** disse que a última alteração legislativa proposta referente às pensões, a qual foi encaminhada à Assembleia foi proposto por dois Deputados emendas que inviabilizaram o projeto e por isso foi obrigado a vetar. Depois, a **Dra. Maria Rejane** disse que esteve junto com o Dr. Francisco Júnior na Assembleia e passaram uma tarde inteira discutindo esse projeto com os Deputados, posteriormente foi surpreendida com a chegada no IPERON do projeto de lei com essas emendas que destoaram da proposta inicial e não há como fazer a aplicação dessa lei, haverá necessidade de encaminhar um novo projeto. **Encerradas as discussões e considerando que deverá haver o compromisso de todos, foi deliberado de forma unânime pela adesão ao Pró-Gestão.** Próximo assunto: c) **Apresentação de relatório prévio da Comissão Técnica Multidisciplinar instituída pela Portaria nº 001/CSP/IPERON com vistas à elaboração de estudos técnicos sobre as novas fontes de custeio para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.** Com a palavra a **Dra. Maria Rejane** iniciou dizendo que solicitou a inclusão desse item na pauta para trazer uma satisfação a este Conselho em virtude da designação de Comissão após apresentação que foi trazida pelo Conselheiro Adriel de um trabalho feito no âmbito do Conselho de Administração sobre novas receitas para o Regime Próprio, devido à necessidade de buscar novas receitas e discutir a questão da sustentabilidade do IPERON. Naquela oportunidade foi designada uma Comissão e na qualidade de Coordenadora dessa Comissão informa que tem se reunido com os componentes e recentemente solicitou ao Governador como Presidente do Conselho Superior uma prorrogação do prazo previamente estipulado por mais 60 dias para apresentação do relatório final. De imediato, além das questões que já foram aqui consignadas, a comissão também tem idéia acerca de estudo sobre o mercado de carbono e créditos oriundos da comercialização para destinação ao RPPS; estudos sobre a limitação das despesas do RPPS apenas com aposentadorias, reformas e pensões e esse



estudo basicamente está concluído; elevação do percentual de aporte proveniente dos recursos hídricos; percentual de crédito suplementar por excesso de arrecadação destinado ao RPPS; percentual das taxas repassadas ao Estado pelas Instituições financeiras em razão das consignações em pagamento descontadas diretamente em folha de pagamento, por sugestão do representante do Executivo; e percentual de receitas arrecadadas pelos diversos fundos existentes no Estado de Rondônia. Ato contínuo, disse que a Comissão está se debruçando sobre esses temas bem como foi realizado reunião com os atuários que trabalham com o estudo atuarial do Estado de Rondônia, para simulação de estudos/cenários com mudança na data de corte da segregação de massa dos fundos financeiro e capitalizado e como ficariam esses dois fundos no que concerne ao déficit financeiro e atuarial. Basicamente foram essas as atuações da Comissão até agora e dentro do prazo que foi concedido pelo Conselho será entregue o relatório final. Concluindo disse que eram essas as informações a serem trazidas para este Conselho como satisfação do trabalho que está sendo desenvolvido. **Em seguida o Governador disse esse tema deve ser discutido posteriormente em reunião específica porque envolve muita discussão acerca de cada ponto e a necessária participação de técnicos para análise e avaliação.** Depois o **Dr. Adriel Pedroso dos Reis** disse que a título de contribuição, considerando que junto com o Cons. Adailton do Conselho de Administração foram os idealizadores e trouxeram essas idéias de novas fontes, nessas reuniões houve alguns avanços inclusive na questão dos consignados e que ficou com o item de receitas provenientes do crédito de carbono. O Estado do Acre, que é pioneiro está bem avançado nesse assunto, as receitas que eles arrecadam são para investimento no meio ambiente e extrativismo. Em termos de estudo é uma área árida porque não há legislação no Brasil e de fato é uma fonte nova e crê que esse modelo que se tem hoje de uma geração sustentando outra está no fim e é preciso novas fontes de receitas. Nesse modelo atual, por exemplo, temos cerca de 35.000 segurados ativos e a receita desses 35.000 serve para pagar apenas 5.000 segurados, ou seja, 7 para 1, modelo esse que tende a não se sustentar, pois a despesa ainda vai aumentar, enquanto a receita irá diminuir nos próximos anos em razão das mudanças demográficas projetadas (mais idosos e menos jovens) e senão houver novas fontes o sistema poderá em algum momento entrar em colapso. Próximo assunto: **d) Informe sobre a carteira de investimentos do IPERON** – Para apresentação do assunto o **Governador** passou a palavra ao Senhor **Raíclin Lima da Silva** que iniciou se apresentando como servidor do Judiciário, membro do Comitê de Investimento e Conselho de Administração do IPERON, possui formação prioritária em economia com amplo conhecimento em gestão e conciliação bancária. Antes de passar ao resumo da carteira de investimentos, aproveitou a oportunidade para fazer um breve agradecimento ao Governador pela criação do Comitê de Investimentos/IPERON e que inclusive foram sabatinados na Assembleia Legislativa e hoje o Comitê é uma realidade, formado por cinco membros, todos qualificados e certificados pela AMBIMA, apesar do Pró-Gestão exigir apenas a maioria simples. A importância da certificação e qualificação dos membros do Comitê de Investimentos, apesar de se ter uma consultoria, é exatamente a aplicabilidade do que determina a política de investimento



aprovada pelo Conselho Superior e construída na base do Comitê até chegar ao Conselho Superior Previdenciário. Essa política de investimentos atende integralmente a legislação e traça a dificuldade de se burlar as regras do jogo e utilização dos recursos de forma incorreta a fim de evitar problemas como os quais alguns Estados já estão enfrentando (má aplicação de recursos). Ato contínuo, disse que a apresentação objetiva demonstrar de forma simples que o IPERON tem uma meta a ser cumprida e no decorrer deste ano todos os meses foram iniciados com o cumprimento dessa meta em patamares superiores em alguns momentos, quase que dobrando, tanto no fundo financeiro quanto no fundo capitalizado as metas estão sendo cumpridas porque a carteira além de estar totalmente enquadrada na política de investimentos, o comportamento do Comitê, até mesmo pelo prematuro conhecimento, tende assumir um risco aceitável e com grande variação nas aplicações a fim de evitar amargar um cenário como ocorreu no passado com aplicações em bolsas de valores, hoje temos uma pequena aplicação, porém bastante segura. Em relação à rentabilidade acumulada, mensal atingiu cerca de R\$ 25.000.000,00 e desse valor R\$ 11.000.000,00 é do fundo financeiro, o qual possui uma carteira maior de R\$ 11.329.000,00 e o valor de R\$ 14.035.000,00 no fundo capitalizado. No acumulado temos quase R\$ 126.000.000,00 até julho/2017. Em termos de meta a ser atingida, estamos hoje com 155% da meta, situação essa confortável, porém não podemos ficar tranqüilos e devido a toda essa instabilidade é possível amargar nos últimos meses alguns registros negativos, o que esperamos não ocorrer. Disse ainda que hoje o Comitê está satisfeito com seu desempenho e mais uma vez se reuniu e deliberou pelo registro da disponibilidade de treinamentos, de cursos e a própria certificação que foi amplamente apoiada pelo IPERON. Concluindo disse que esta apresentação visa o início de uma proximidade do Conselho Superior com o Comitê de Investimentos até porque hoje foram apresentados ganhos e embora espere que não aconteça, talvez no futuro voltem a esse Conselho para dar explicações acerca de possíveis desempenhos nem tanto satisfatórios e se colocou a disposição para maiores esclarecimentos. Em seguida o **Governador** perguntou se o Comitê está satisfeito, oportunidade em que o **Sr. Raiclin Lima da Silva** disse que estão muito satisfeitos porque a composição do Comitê possui 05 membros que tiveram treinamento, se dedicaram e se certificaram de modo que possuem dispositivos pra poderem muitas vezes analisar e recusar algumas propostas de investimentos, até porque mesmo que tentem burlar talvez algum enquadramento na legislação, na análise se verifica que não atende a postura do IPERON é recusado e talvez em razão disso tem diminuído o assédio. Em seguida o **Governador** considerando não haver mais assuntos pautados para discussão, agradeceu a presença de todos e ao Dr. Adriel Pedroso dos Reis pela sua participação e atuação neste Conselho Superior Previdenciário com sabedoria e estudos críticos e que sempre se manifestou em todas as reuniões, demonstrando conhecimento dos assuntos tratados e acredita que a pessoa que irá substituí-lo possua igual conhecimento. Na sequência a **Dra. Maria Rejane** pediu a palavra para reforçar o convite aos membros do Conselho para o Fórum Previdenciário que será realizado nos dias 20, 21 e 22 de setembro e disse que estão trazendo discussões muito importantes com doutrinadores relevantes pra discussão em



âmbito nacional e gostaria de poder contar com a presença de todos. Disse que é a realização do terceiro Fórum e esses fóruns, audiências públicas e todos os projetos que já estão sendo realizados já estão sendo norteados pelo Pró-Gestão. Depois o **Des. Isaías Moraes Fonseca** agradeceu o convite que a Dra. Rejane fez para participar desse Fórum na qualidade de palestrante, entretanto, em razão de sua agenda não foi possível aceitar. Em seguida o **Dr. Adriel Pedroso dos Reis** agradeceu a oportunidade de fazer parte deste Conselho neste ano, por indicação do Conselho Administrativo e que, atualmente está escrevendo um artigo sobre sua participação no Conselho Superior, o qual vê, inclusive, como referência no Brasil. Ato contínuo, disse que só tal modelo é digno de elogios pelo fato de permitir que o segurado se faça representado, colocando seu ponto de vista em decisões estratégicas e governamentais sobre o RPPS, às vezes, inclusive, trazendo suas reivindicações, gerando debates, que é algo necessário e acredita que essa estrutura ainda pode avançar um pouco mais. Concluindo agradeceu mais uma vez por ter participado desse colegiado e desejou sucesso ao senhor **Raiclín Lima da Silva**, membro do Conselho Administrativo que irá substituí-lo a partir da próxima reunião. Nada mais havendo a tratar e agradecendo a presença de todos, o **Governador** encerrou a reunião às 16 horas, da qual eu, Marcia Andrea de Oliveira Queiroz, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente e Conselheiros presentes.

Confúcio Aires Moura

Governador

Des. Isaías Fonseca Moraes
Vice-Presidente do Tribunal de Justiça
Suplente

Cons. Edilson de Sousa Silva
Presidente do Tribunal de Contas

Osvaldo Luiz de Araújo
Sub-Procurador Geral de Justiça
Suplente do Ministério Público

Marcus Edson de Lima
Defensor Público Geral

Adriel Pedroso dos Reis
Representante dos Servidores

Maria Rejane S. dos Santos Vieira
Presidente do IPERON